

outros investigadores, levam-nos a refletir sobre a necessidade de repensar as pedagogias utilizadas em contexto de sala de aula, o que torna também necessário pensar num reforço da componente social na formação e orientação dos professores no exercício da sua profissão.

Bibliography:

Abrantes, P., & Teixeira, A. R. (2014). A intervenção socioeducativa em territórios marginalizados: agentes de desenvolvimento local ou da ordem escolar?. *Revista Lusófona de Educação*, 27, 27-41.

Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1975). *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Livraria Francisco Alves Editora.

Duarte, M. I. R. (2000). *Alunos e Insucesso Escolar: um mundo a descobrir*. Instituto de Inovação Educacional.

Eurydice (1995). *A Luta Contra o Insucesso Escolar: Um Desafio para a Construção Europeia*. DEPGEF.

Formosinho, J. (1988). *Organizar a escola para o (in)sucesso educativo*. GEP/ME.

Hutmacher, W. (1995). A escola em todos os seus estados: das políticas de sistemas às estratégias de estabelecimento. In A. Nóvoa, *As organizações escolares em análise*. Publicações Dom Quixote.

Lima, L. C. (1987). *O sucesso Escolar em Questão*. Universidade do Minho

Perrenoud, P. (2002). *As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*. Artmed.

Seabra, T. (2009). Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, problemas e práticas*, 59, 75-105.

Sil, V. (2004). *Alunos em situação de insucesso escolar: Percepções, estratégias e opiniões dos professores - estudo exploratório*. Instituto Piaget

Sil, V. (2016). A problemática do insucesso escolar. *Revisitar algumas questões*. *Revista de Educação da Esse de Fafe*, 3, 275-300.

Keywords: Insucesso escolar; Percepções; Professores.

ICCA2023-47508

A Estratégia Europeia para os Direitos das Crianças e a Garantia para a Infância - orientações para a desinstitucionalização no sistema português

Elisete Diogo - Católica Research Centre for Psychological, Family and Social Wellbeing (CRC-W), Universidade Católica Portuguesa; Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa

Bárbara Mourão Sacur - Católica Research Centre for Psychological, Family and Social Wellbeing (CRC-W), Universidade Católica Portuguesa

Resumo // Abstract:

A promoção dos direitos e a proteção da criança apresentam-se como um propósito central da União Europeia. Nessa linha, em 2021, a Estratégia Europeia para os Direitos das

Crianças e a Garantia para a Infância foram publicadas no sentido de garantir que as crianças possam ter a melhor vida possível na Europa e no mundo. Os Estados-Membros, como Portugal, são convidados a implementar as diretrizes de ambos os documentos na sua prática.

O presente estudo analisa os dois documentos traduzindo-os para a realidade portuguesa no ângulo da desinstitucionalização no sistema de proteção da criança perante um cenário de 6.706 crianças acolhidas, encontrando-se 97% em acolhimento residencial. Apresentam-se pistas para um processo de transição progressivo no sentido de garantir a todas as crianças o direito a crescer em ambiente familiar. Ações estratégicas articuladas são defendidas tendo em vista nomeadamente o aumento de serviços especializados de apoio às famílias; à requalificação dos profissionais do acolhimento residencial; e o reforço das medidas de promoção e proteção em meio natural de vida - e o apadrinhamento civil. As conclusões sugerem implicações para a política e prática do sistema português.

Bibliography:

Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, FRA. (2015). Mapping child protection systems in the EU. Resource document. European Union Agency for Fundamental Rights. Disponível: <https://fra.europa.eu/en/publication/2016/mapping-child-protection-systems-eu>. Acesso 25 de julho 2022.

Assembleia Geral das Nações Unidas. (2009). Guidelines for the Alternative Care of Children. Resolution A/RES/64/142. Disponível: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol%20=%20A/RES/64/142. Acesso 22 de julho 2022.

Brodie, I. e Pearce, J. (2017). Violence and Alternative Care: A Rapid Review of the Evidence. *Psychol. Health Med.* 22, 254-265. Disponível: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28253749/>. Acesso 21 de julho 2022.

Bruning, M. R. e Doek, J. E. (2021). Characteristics of an effective child protection system in the european and international contexts. *International Journal on Child Maltreatment: Research, Policy and Practice.* 4, 231-256.

Carvalho, M.J. e Diogo, E. (2021). Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens: O nó cego da proteção à infância em Portugal. In E. Magalhães e J. Baptista (Eds.) *Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens em Perigo—Manual Para Profissionais.* pp. 23-46, Pactor.

CNPDPJCJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2022). Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2021. Disponível: <https://www.cnpdpjcj.gov.pt/relatorio-atividades> (acesso 8 de julho 2022).

Comissão Europeia (2021). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Estratégia da UE sobre os direitos da criança. (COM/2021/142 final). União Europeia, Comissão Europeia. Disponível: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:e769a102-8d88-11eb-b85c-01aa75ed71a1.0021.02/DOC_1&format=PDF (acesso 30 de julho de 2022).

Davidson, J.C.; Milligan, I.; Quinn, N.; Cantwell, N.; Elsley, S. (2016). Developing family-based care: Complexities in implementing the UN Guidelines for the Alternative Care of Children. *Eur. J. Soc. Work* 2016, 20, 754-769.

Diogo, E. (2018). *Ser Família de Acolhimento em Portugal, Motivações e Experiências.* Uni-

versidade Católica Editora.

DGPJ - Direção Geral de Política de Justiça (2022). Movimento de Processos de Promoção e Proteção nos Tribunais Judiciais de 1.ª Instância, nos anos de 2011 ao 1.º Trimestre de 2022. Direção Geral de Política de Justiça.

Furey, E.; Canavan, J. (2019). A Review on the Availability and Comparability of Statistics on Child Protection Welfare, Including Children in Care Collated by Tusla: Child and Family Agency with Statistics Published in Other Jurisdictions; UNESCO Child and Family Research Centre. Disponível: https://www.tusla.ie/uploads/content/COMPWELFINALREPORT-MARCH29_-_Final.pdf (acesso em 10 de julho 2022).

Gilligan, R. (2019). "The De-institutionalization Process in Ireland"—What have we learned? In Proceedings of the De-Institutionalization of Childcare: Investing in Change, Sofia, Bulgaria, 6-8 November 2019.

Greenberg, A. e Partskhaladze, N. (2014). How the Republic of Georgia Has Nearly Eliminated the Use of Institutional Care for Children. *Infant Ment. Health J.* 35, 185-191. Disponível: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/imhj.21434>. Acesso em 20 de julho de 2022.

Ivanova, V. e Bogdanov, G. (2013). The Deinstitutionalization of Children in Bulgaria—The Role of the EU. In *Social Policy and Administration*; Volume 47, pp. 199-217, ISSN 0144-5596. Disponível: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/spol.12015> (acesso em 20 de julho 2022).

Gersão, E. e Sacur, B.M. (2021). Promoção de direitos e proteção de crianças e jovens: Passado, presente e caminhos de futuro. In R. Francisco, H. R. Pinto (Eds.) *Atores e Dinâmicas no Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens*. Universidade Católica Editora, pp. 62-82.

ISS, I.P. - Instituto da Segurança Social, Instituto Público (2021). *CASA, 2020—Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Disponível: <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/CASA+2020.pda/f/b7f02f58-2569-4165-a5ab-bed9efdb2653> (acesso em 8 de julho 2022).

Nações Unidas, Comité sobre os Direitos da Criança. (2019). Concluding Observations on the Combined Fifth and Sixth Periodic Report of Portugal. *CRC/C/PRT/CO/5-6*. Disponível: https://www.provedor-jus.pt/documentos/Observacoes_Finais_Comite_Dtos_Crianca.pdf, acesso em 22 de julho 2022.

Terziev, V. e Arabska, E. (2016). Process of Deinstitutionalization of Children at Risk in Bulgaria. *Procedia Soc. Behav. Sci.* 233, 287-291. Disponível: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042816313635?via%3Dihub>.

Keywords: Sistema de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens; Desinstitucionalização; Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças; Estratégia Europeia para os Direitos das Crianças; Garantia para a Infância.